

AQUI D'EL-REY! AQUI D'EL-REY!

16.6.47

Raul Pilla

16.6.47

(Deputado federal pelo Partido Libertador)

(Para os Diários Associados)

Agastou-se deveras o ilustre sr. Gabriel Passos com o artigo por mim há dias dedicado ao seu douto parecer. E' natural não lhe tenham agradado os conceitos que eu mesmo só com viva dor de alma emiti. E, para provar que não fui injusto ao ver no seu trabalho, mais o arrazoado do advogado, que o sereno parecer do jurista, vou começar tratando de algumas citações nele examinadas.

Depois de afirmar e fazer entender-se em função do sistema presidencial a independência dos poderes a que se refere o inciso b), n. VII do artigo 7º da Constituição Federal, acrescenta o sr. Gabriel Passos, linhas abaixo: "Nos Estados Unidos se observa a mesma correspondência entre a organização federal e a estadual". E, para comprovar a sua afirmativa, reproduz sucessivamente dois passos diferentes da conhecida obra de William Bennett Munro, *The Government of the United States*. E' o primeiro trecho: "Second, all the states have substantially the same general scheme of government — based upon the principle of division of power. (O grifo é do sr. Gabriel Passos). In every state there is a governor, directly elected by the people, and he is vested with certain independent powers" (Munro, *The Government of the United States*, 445). E' o segundo trecho: "As for the presiding offices, the influence of the federal analogy is every where apparent. (op. cit. 466).

Examinemos a primeira citação. Pretende com ela demonstrar o sr. Gabriel Passos que, na América do Norte, o governo dos Estados federados obedece exatamente ao modelo federal. Há, porem, nesse trecho isolado, destacado da serie de considerações de que é parte integrante, uma restrição importantíssima: "há um governador eleito diretamente pelo povo — diz Munro — e investido em certos (certains) poderes executivos independentes". Bastaria este adjetivo indefinido certos, para denotar um fato geralmente sabido e que somente o ilustre jurista parece ignorar: que em muitos Estados tem o governador apenas uma parte dos poderes correspondentes aos do Presidente da Republica. Se o governador tem certos poderes executivos independentes, é que os não tem todos, é que ele não se equipara ao chefe da Nação.

Nisto, porem, não reparou o sr. Gabriel Passos e, no afã de autorizar a sua tese, atribui ao grande constitucionalista americano uma afirmação que ele nunca fez. Vejamos o que diz verdadeiramente Munro na edição que possuo e que, sendo a reimpressão, feita em maio de 1945 da quarta edição de 1936, é certamente mais recente que a utilizada pelo jurista mineiro, como se verifica pela discordancia da numeração das páginas.

Comentando a observação de um constitucionalista francês, segundo o qual não há dois estados da Federação norte-americana que tenham iguais constituições e sistemas de governo, corrige Munro o que há de exagerado na afirmação e enumera as semelhanças fundamentais.

"Em primeiro lugar — diz ele — cada Estado tem posição identica (the same status) na União e tem direitos iguais pela constituição nacional. Cada Estado tem um governo de poderes privativos, não delegados (reserved, not delegated powers). Cada um é supremo dentro da sua propria esfera e tem uma forma republicana de governo, um governo sujeito ao contraste popular (popular control). Cada um tem uma constituição, mediante a qual se exerce este contraste popular de governo estadual". Depois de enumerar outras semelhanças que não vêm ao caso, o Autor conclui o parágrafo dizendo: "Em todas estas coisas fundamentais os Estados são uniformes.

"Em segundo lugar — prossegue ele no parágrafo seguinte — todos os Estados tem substancialmente (quer dizer, não formalmente) o mesmo esquema de governo — baseado no principio da divisão dos poderes. Em cada Estado, há um governador, eleito diretamente pelo povo e investido em certos poderes executivos independentes."

Vê-se, pois, claramente destas citações que a correspondencia entre o governo da União e o dos Estados, a que alude o sr. Gabriel Passos, não é tão estreita quanto ele imagina. No tocante à organização politica, cada Estado tem uma forma republicana de governo, baseada no principio da divisão dos poderes: nada mais do que isto. E, como se entende tal divisão dos poderes? Di-lo Munro algumas linhas adiante, sem que lhe tivesse dado atenção o jurista patricio. "A doutrina da separação dos poderes é observada em todos os Estados com dar funções independentes aos ramos executivo, legislativo e judiciario do governo" (op. cit., 4.ª edição, página 571).

Por isto, o poder executivo, nos Estados da União Americana, cabe, ora pessoalmente ao governador, que escolhe livremente os seus auxiliares, ora conjuntamente ao governador e aos secretarios, eleitos diretamente pelo povo, ou escolhidos ou ratificados pela legislatura. E um Estado há, o de Michigan, em que o governo é exercido por um conselho executivo, eleito por voto popular, de que o governador é apenas o presidente.

E é por isto que Munro, tão mal citado pelo sr. Gabriel Passos, diz, na obra referida: "A supremacia executiva do governador no governo do Estado longe está de ser tão completa como a do Presidente nos negocios nacionais. E' aqui, mais do que em qualquer outro ponto, que falha (fails to hold) a analogia entre os dois cargos". (Op. cit. pg. 631).

Mas, se a primeira passagem de Munro, citada pelo sr. Gabriel Passos, foi por ele tão intelzmente interpretada, abstraída, como ficou, do contexto, porventura mais grave são os reparos que provoca a segunda, aposta imediatamente a primeira, como se versasse a mesma materia.

E' o seguinte o trecho invocado: "As for the presiding offices, the influence of the federal analogy is, every where apparent" (op. cit. 466).

Que sugere este trecho referente a "presiding offices", seguindo-se imediatamente, na citação, ao que se refere ao "mesmo esquema geral de governo" e ao "governador eleito diretamente pelo Povo"? Sugere naturalmente que os "presiding offices" significam a chefia do executivo estadual, e que quanto a esta é aparente a analogia federal.

Em grave erro, porem, se deixaria induzir quem assim interpretasse. Os "presiding offices", cargos de presidente, referem-se à presidencia das legislaturas estaduais, e não ao poder executivo. A tal respeito não pode haver a menor duvida, ou confusão. Encontra-se o referido passo no capítulo XXXIV, da "Legislatura estadual", pg. 596, enquanto o que o precede na citação pertence ao capítulo XXXII, das "Constituições Estaduais", pg. 570 da quarta edição, reimpressão de maio de 1945. O texto exato não é o que nos dá o sr. Gabriel Passos, e no qual falta um importante complemento restritivo, (in state legislatures), mas rigorosamente esse: "As for the presiding officers in state legislature, the influence of the federal analogy is every where apparent". E, como se isto não bastasse para evitar errônea interpretação, lá está, em título à margem, a materia do parágrafo: "The presiding offices of state legislature". E, se ainda alguma duvida pudesse subsistir, segue-se imediatamente ao trecho citado, o seguinte: "When a state has a lieutenant governor, he usually (but not always) presides over the state senate just as the Vice President of the United States occupies the chair in the upper House of Congress. But the lower chamber of the state legislature everywhere elects its own speaker".

Em suma, o que Munro disse somente, foi isto, traduzido em vernáculo: "Quanto à presidencia das legislaturas estaduais, a influencia da analogia federal é por toda a parte evidente". E note-se que ele fala em influencia da analogia, e não em prerrogativa constitucional.

Acabamos de ver como o mui ilustre sr. Gabriel Passos interpreta os autores que cita. Num subsequente artigo volveremos a examinar como interpreta a Constituição.